

A reunião contou com a brilhante participação da Deputada Fernanda Melchionna e de quase 60 pessoas de diversas entidades da sociedade civil, centrais sindicais, sindicatos e movimentos sociais e pessoas voluntárias. Maria Lucia Fattorelli, coordenadora nacional da ACD, abriu a reunião agradecendo a presença de todos(as), especialmente a da Deputada Fernanda, que participou por mais de 1h da reunião, e apresentou, em primeira mão, o gráfico do orçamento federal executado (pago) em 2024, demonstrando o privilégio do Sistema da Dívida, cujos juros e amortizações consumiram a maior fatia (43%), cerca de R\$ 2 Trilhões.

Ao apresentar a ANÁLISE DE CONJUNTURA fez questão de destacar os impactos dos cortes de gastos nos direitos sociais decorrentes do arcabouço fiscal e pacote apresentado pelo governo no final de 2024 e aprovado pelo Congresso. Fez duras críticas ao Banco Central por sua política de elevação exagerada da Selic a patamares absurdos (13,25% ao ano em jan/2025), o que está prejudicando a economia brasileira como um todo. Enquanto o pacote de corte de gastos ataca os mais pobres para “economizar” R\$ 34 bilhões em 2025, ao mesmo tempo, a diretoria do Banco Central (COPOM) já aumentou os juros em 2,75% (de 10,5% para 13,25% ao ano) desde setembro de 2024, gerando um gasto de R\$ 151,8 bilhões a mais por ano de juros da chamada “dívida pública”. Tudo isso sob a falsa justificativa de “combate à inflação”, da qual a maior parte se deve a fatores que nada têm a ver com uma suposta demanda aquecida. Abordou a centralidade do Sistema da Dívida, que está por trás das restrições para os reajustes salariais, a estruturação de carreiras e investimentos no serviço público. Falou sobre a Medida Provisória 1.286/2024, que visa cumprir acordos de greve que ainda se encontram pendentes, no entanto, não atende satisfatoriamente às demandas do funcionalismo público e traz algumas ameaças. Ressaltou o fim do Regime Jurídico Único (RJU) para o serviço público, após decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). Comentou sobre o PROPAG, aprovado pelo Congresso Nacional, e manifestou a visão crítica da ACD a esse projeto que perpetua a dívida dos Estados; uma dívida que já foi paga várias vezes e teria que ser anulada. Adicionalmente, o projeto representa riscos de Securitização, risco presente também no contexto das privatizações que estão ocorrendo por meio de parcerias público-privadas (PPP).

Foi apresentada proposta de seminário organizado pelo Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade Social (FNRDS), que terá como título “*R\$ 1 trilhão para os juros da dívida + Estrutura Tributária Regressiva = País sem futuro. Com a palavra o poder legislativo!*”, tendo sido anunciada e aprovada a participação e o apoio da ACD e da Frente ao evento, que ocorrerá no dia 16 de abril de 2025, em plenário ainda a ser definido, na Câmara dos Deputados Federais. Foram apresentadas diversas propostas de apoio ao seminário pelas entidades presentes à reunião.

As telas apresentadas podem ser acessadas em <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/reuniao-conjunta-do-conselho-politico-da-acd-e-frente-parlamentar-pelo-limite-dos-juros-18-02-2025/> e o vídeo da análise está disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=-LunQt9be1U>.

Breve relato da Reunião conjunta do Conselho Político da ACD e da Frente Parlamentar pelo Limite dos Juros e Auditoria da Dívida Pública com participação popular realizada dia 18.02.2025

Em relação à FRENTE PARLAMENTAR SOBRE O LIMITE DOS JUROS E AUDITORIA INTEGRAL DA DÍVIDA PÚBLICA COM PARTICIPAÇÃO POPULAR, a sua coordenadora, Deputada Fernanda Melchionna, comentou que a agenda econômica do arcabouço fiscal favoreceu a extrema direita e enfraqueceu o governo, gerando risco de uma nova ascensão desse grupo político. A extrema direita não cresce apenas por *fake news*, mas também devido à política econômica neoliberal que vem sendo adotada pelo governo. A preocupação é que a frustração com este governo federal possa levar o país novamente às mãos de extremistas. Dentre os desafios para o ano, destacou a necessidade de mudança na política econômica neoliberal, com propostas como a tributação do setor agroexportador e a limitação dos juros, como prevê o PLP 104/2022 que se encontra parado na CFT da Câmara. Mencionou que a eleição de Hugo Motta para a presidência da Câmara sofre pressão, nos bastidores, para aprovar a anistia do 8 de janeiro e mudanças na Lei da Ficha Limpa, a fim de permitir que Bolsonaro volte a concorrer. Sobre os próximos passos da Frente, concordou com a participação e apoio da Frente ao seminário de 16 de abril organizado pelo FNRDS e informou que as comissões do Congresso Nacional serão formadas somente após o Carnaval, e sugeriu solicitar um plenário para o dia 16 de abril, e, em seguida, verificar a comissão mais adequada para reforçar o pedido.

Sobre a CAMPANHA NACIONAL POR DIREITOS SOCIAIS foi ressaltado pela coordenação da ACD seu importante papel em articular, divulgar e fortalecer todas as lutas sociais em andamento no país, e, nesse sentido foi solicitado às entidades apoiadoras que compartilhem informações sobre as lutas que estão enfrentando e incentivem a difusão das publicações presentes na página da campanha e redes sociais da ACD, disponíveis em <https://auditoriacidada.org.br/campanha-nacional-por-direitos-sociais/>.

Foi feita a prestação de contas das receitas e despesas da campanha desde o seu início em fevereiro de 2024, computando-se todos os dispêndios com a realização do lançamento (<https://www.youtube.com/watch?v=yPDWzNeHNGw>), com a 1ª. plenária nacional (<https://auditoriacidada.org.br/campanha-nacional-por-direitos-sociais/1a-plenaria-nacional/>), com a empresa de comunicação que produz os posts diários etc. O caixa se encontra praticamente zerado, razão pela qual, **é necessário que as entidades efetuem contribuições para viabilizar as ações da campanha e manter o pagamento à empresa de comunicação que produz os posts. As doações podem ser efetuadas por meio do PIX da Auditoria Cidadã da Dívida - CNPJ 12 537 204 0001 45 – que tem assumido a responsabilidade de secretariar a campanha**

No dia seguinte à reunião do Conselho Político foi realizada a reunião da coordenação nacional da campanha, que cujos membros se manifestaram de forma unânime acerca da necessidade de dar continuidade à campanha e potencializá-la, tendo em vista o seu importante papel de articular, divulgar e fortalecer todas as lutas sociais em andamento no país.

Por sua importância, incorporamos a este relato as principais deliberações aprovadas pela coordenação da CAMPANHA NACIONAL POR DIREITOS SOCIAIS, tendo em vista que praticamente todas as entidades deste conselho político também apoiam e participam da referida campanha:

1 - Participação ativa da campanha (noticiando e realizando pronunciamentos) **nas diversas atividades que estão sendo realizadas pelas entidades**, a exemplo das seguintes:

- Jornada de Lutas organizada por entidades representativas do serviço público federal para reivindicar o cumprimento dos acordos de greve: dias 10 e 12 de março, em frente ao MGI em Brasília.
- Seminário organizado pelo Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade Social: dia 16/04/2025, na Câmara dos Deputados Federais.
- Demais atividades que a campanha tomar conhecimento, devendo as entidades realizadoras informar oportunamente.

2 - Retomada dos Grupos Temáticos organizados a partir da 1ª Plenária Nacional da Campanha (conforme tabela anexa). As entidades coordenadoras de cada grupo temático devem realizar reuniões com representantes das entidades que integram cada grupo respectivo, a fim de programar ações pontuais (lives, produção de folheto ou outra atividade que seja decidida pelo grupo), e comunicar os **resultados dessas reuniões, bem como as ações que vierem a decidir à coordenação nacional da campanha, até o dia 28/03/2025** (sexta-feira). A partir do avanço dos trabalhos dos grupos, será programado evento específico da campanha para o 2º semestre deste ano.

3 – A campanha continuará publicando 2 (dois) posts diários, como vem ocorrendo desde o início, conforme registrado no blog da campanha <https://auditoriacidada.org.br/campanha-nacional-por-direitos-sociais/>, redes sociais da Auditoria Cidadã da Dívida e das demais entidades que já compartilham os referidos posts. **Pedimos às entidades integrantes da campanha que também compartilhem e divulguem os materiais que têm sido publicados.**

A CAMPANHA NACIONAL EM APOIO AO RIO GRANDE DO SUL busca apoiar a campanha local "A Conta Está Paga" <https://acontaestapaga.com.br/> que visa pressionar o governo federal para reconhecer que a dívida do RS com a União já foi quitada, considerando os valores pagos ao longo dos anos. O movimento ganhou força em 2024 com importante evento realizado na Assembleia Legislativa do RS, reforçando a necessidade de mobilização nacional para que o tema tenha maior visibilidade.

Sobre o NOVO CURSO A DISTÂNCIA BASEADO NA CARTILHA “O Sistema da Dívida no Brasil e a necessidade de Auditoria integral”, Fattorelli fez breve apresentação de seu conteúdo, conforme consta em <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/o-sistema-da-divida-no-brasil-e-a-necessidade-de-auditoria-integral/>, e **pediu que as entidades ajudem a divulgar e verifiquem a possibilidade de patrocinar vagas para seus dirigentes, filiados e funcionários.** As inscrições para a 1ª turma vão até o dia 06/03/2025, e as aulas se iniciam dia 10/03/2025. Todas as informações estão detalhadas em <https://auditoriacidada.org.br/cursos/>



Breve relato da Reunião conjunta do Conselho Político da ACD e da Frente Parlamentar pelo Limite dos Juros e Auditoria da Dívida Pública com participação popular realizada dia 18.02.2025

No item da pauta sobre os NÚCLEOS DA ACD, Maria Lucia pediu aos Núcleos para informar sobre as diversas iniciativas que estão realizando. Foram apresentadas diversas propostas, que serão melhor debatidas na reunião exclusiva dos Núcleos da ACD programada para o dia 25/03/2025.

Ao final, foi divulgada a CAMPANHA DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS PARA A ACD, esclarecendo-se que as doações ajudam a manutenção de da equipe de secretaria, comunicação e economista da ACD. As doações podem ser feitas via pix 12537204000145, transferência bancária <https://auditoriacidada.org.br/doacao/> e pagamento recorrente no cartão de crédito através do PagSeguro <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/ajude-a-financiar-a-acd/>.

Cumprida a pauta, Maria Lucia agradeceu imensamente a presença e a rica participação de todas as pessoas, e encerrou a reunião.

COORDENAÇÃO NACIONAL DA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA